

Transformações socioespaciais no litoral norte da bahia e a importância do planejamento territorial

Socioespacial transformations in the north coast of bahia and the importance of territorial planning

Marcus Henrique Oliveira de Jesus

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia,
Correo electrónico: marcushenrique103@gmail.com

Anizia Conceição Cabral de Assunção Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia,
Correo electrónico: aniziacaooliveira@gmail.com

Resumo: A zona costeira é um espaço onde se desenvolvem várias formas de uso e ocupação que, cada vez mais, acentuam o mosaico de desigualdades alimentando um modelo de exploração que repousa na intensificação dos usos e na degradação de muitos ecossistemas. A diversidade de atividades diagnosticadas ao longo da zona costeira, como as de cunho agrícola, comercial, industrial, as relacionadas ao turismo, ao transporte, à exploração petrolífera, favorece a existência de usos exclusivos voltados a interesses de atores hegemônicos. Diante disso, pode-se verificar uma crescente valorização de múltiplos espaços costeiros de acordo com suas funcionalidades ligadas ao mercado nacional e internacional, o que os tornam *locus* da (re)produção humana e econômica. No Litoral Norte baiano, destacam-se atividades de cunho modernizante que pretendem trazer desenvolvimento socioeconômico a esta região. Sob esta lógica, o turismo vem se configurando como uma oportunidade para o desenvolvimento pleno e até benefícios imediatos através das estruturas fornecidas. Ao mesmo tempo, usos indevidos e processos de ocupação que se dão sem planejamento passam a vigorar nos espaços costeiros. Por tais condições, observamos uma expansão das atividades turísticas ao longo desta região, incorporando cada vez mais novos trechos, no entanto, outros processos ocorrem simultaneamente. A industrialização e a agri-

cultura também transformam a paisagem costeira do Litoral Norte. E a confluência dessas atividades, em coexistência com as populações tradicionais ocupantes deste território, tem criado um cenário de conflitos socioambientais. Em Conde, os impactos já se fazem sentir, ora na ocupação inadequada do seu litoral, nas atividades turísticas de pequeno e médio porte ou nas transformações de ordem natural, como as relacionadas à erosão costeira. Portanto, cresce a necessidade de se (re)pensar a lógica dos planejamentos do Litoral Norte baiano, que devem ser voltados a usos sustentáveis e a preservação, conservação e recuperação de ecossistemas, principalmente na direção da participação das comunidades que são os principais afetados pelas transformações.

Palavras-chave: zona costeira; conflitos socioambientais; turismo.

Abstract: The coastal zone is a space where they develop various forms of use and occupation that increasingly emphasize the mosaic of inequalities feeding a model that lies in the intensification of uses and degradation of many ecosystems. The diversity of activities diagnosed along the coastal zone such as those related the tourism, the agricultural, the commercial, industrial, those relating to transport, oil exploration favors the existence of unique uses targeted the interests of

hegemonic actors. Thus, it can be seen a growing appreciation of multiple coastal areas according to their functions linked to national and international markets, which makes the locus of human and economic output. In the Litoral Norte of Bahia, stand out modernizing of activities that aim to bring socio-economic development of this region. Under this logic, tourism is shaping up as an opportunity for the full development and even immediate benefits provided through the structures. At the same time, misuses and occupation processes that occur without planning become effective in coastal areas. For these conditions, we observed an expansion of tourist activities over this region, incorporating more and more new segments, however, other processes occur simultaneously. Industrialization and

Recibido: agosto 2016

agriculture also transform the coastal landscape of the North Coast. And the confluence of these activities, in coexistence with traditional populations occupying this territory, has created a scenario of socio-environmental conflicts. In the Conde, the impacts are already being felt, related at inappropriate use of the coast, the agricultural exploitation, the tourist activities, and the transformation of the natural order. So grows the need to (re) think the logic of planning Coastal, which should be directed to sustainable uses and the preservation, conservation and restoration of ecosystems, especially to favor the participation of the communities that are most affected by transformations.

Keywords: coastal zone; environmental conflicts; tourism.

Aceptado: enero 2017

1. Introdução

A zona costeira caracteriza-se como um território com grandes potencialidades ambientais e paisagísticas. Nela, observamos a implementação de múltiplas atividades e um expressivo adensamento populacional. Aliado a isso, prevalecem usos dos seus recursos de maneira indiscriminada e diversos impactos e alterações em suas dinâmicas naturais.

O Brasil se destaca por apresentar uma das maiores extensões de costa, o que lhe confere uma diversidade de sistemas naturais e também, devido as suas particularidades históricas, uma grande concentração populacional. 13 das 17 capitais dos estados litorâneos estão na zona costeira, além da presença de atividades industriais mescladas à falta de infraestrutura urbana que causam efeitos diretos aos ambientes costeiros.

A zona costeira brasileira se configura como uma zona de usos múltiplos, de atividades diversas onde há valorização diferenciada de seus espaços e que não apresenta um padrão de ocupação homogêneo. Pelo contrário, a evolução dos processos de ocupação difere ao longo da costa, de modo que áreas de expressivo adensamento populacional, predominantemente de caráter urbano, coexistem com grandes extensões de terra com povoamento disperso e rarefeito (OLIVEIRA, 2013).

A diversidade de atividades diagnosticadas ao longo da zona costeira favorece a existência de usos exclusivos voltados aos fluxos comerciais intercontinentais. Diante disso, pode-se verificar uma crescente valorização de múltiplos espaços costeiros de acordo com suas funcionalidades ligadas ao mercado nacional e internacional, o que os tornam locus da (re)produção humana e econômica.

Seguindo a lógica de valorização dos ambientes costeiros, o Estado surge como principal agente na (re)organização desses espaços e como pioneiro no fornecimento de estruturas para atrair novas atividades. Dentre elas, destaca-se o turismo como vetor de usos intensificados da zona costeira.

Nas últimas décadas podemos observar um intenso crescimento das atividades turísticas no litoral brasileiro e a instalação de infraestruturas para suas realizações, financiadas ora pelo capital estrangeiro, ora pelo nacional e até mesmo pelo poder público que se envolve como instrumento regulamentador e fornecedor de incentivos.

A indústria do turismo, recreação e lazer oferece aos espaços costeiros periféricos a oportunidade de vivenciar um desenvolvimento pleno e até benefícios imediatos através das estruturas fornecidas. Contudo, essas novas relações que são estabelecidas estão alterando as paisagens naturais e o cotidiano das comunidades tradicionais que vivem ao longo do litoral, gerando novos conflitos e justificando cada vez mais a necessidade de um planejamento dos usos e ocupações desses espaços.

O Litoral Norte baiano se encaixa perfeitamente nesse cenário, sobretudo, após a instalação de parque industrial, a construção da sua principal via de acesso a BA-099 (Linha Verde e Estrada do Coco) e o processo de metropolização de Salvador. Esses processos possibilitaram o avanço dos investimentos nacionais e estrangeiros nas atividades relacionadas ao turismo ao longo da Costa dos Coqueiros e a sua recente urbanização. Atualmente vivenciamos a existência do Complexo Hoteleiro Costa de Sauípe como principal ícone desse desenvolvimento periférico.

Conde é município pertencente ao Litoral Norte baiano e que, segundo o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS (2003), tem a maior potencialidade natural e histórico-cultural. Com os avanços das atividades de turismo, Conde aparece como um território passível de ser incorporado as macrotendências¹ de usos e ocupações do Litoral, apesar de já desenvolver algumas formas similares, porém não na mesma intensidade.

É nesse contexto que, frente às principais problemáticas que envolvem a zona costeira e seu processo de uso e ocupação, o presente trabalho busca realizar a investigação da configuração da paisagem costeira de Conde (Figura 01), mediante a consideração das transformações socioespaciais promovidas pelos diversos agentes sociais e econômicos, buscando, através da análise do perfil e da influência do turismo, abordar o papel das políticas de desenvolvimento e a função do planejamento territorial.

¹ Entendemos macrotendências neste trabalho como as principais atividades desenvolvidas ao longo do Litoral Norte baiano nas últimas décadas, dentre elas se destacam o turismo e lazer, as culturas agrícolas específicas e as ligadas à produção industrial.

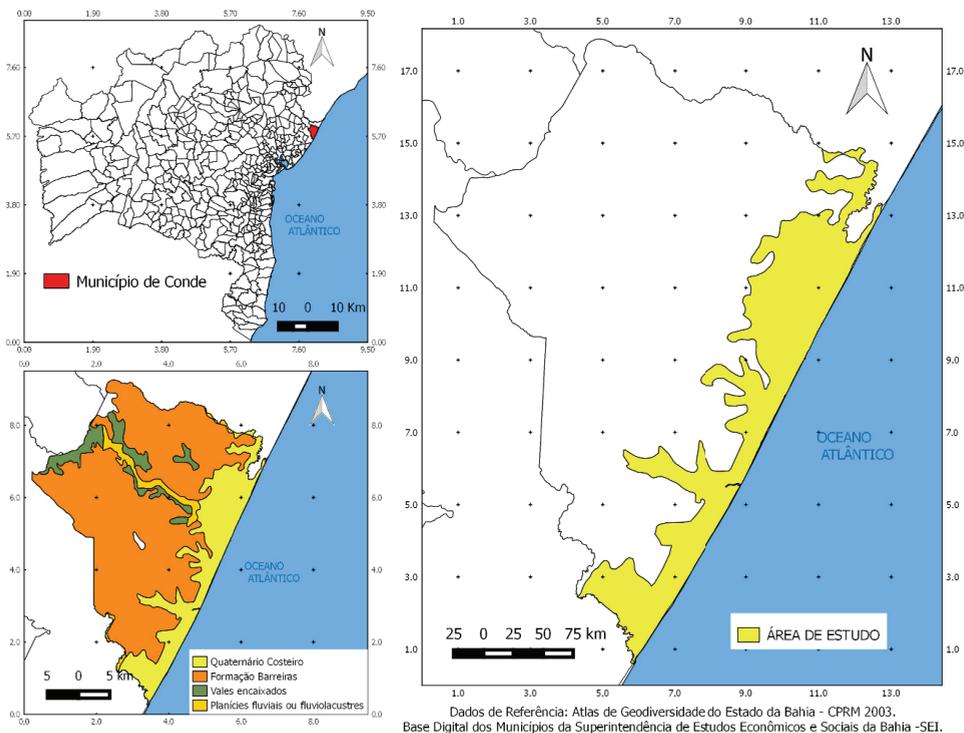


Figura 01: Mapa da localização da área de estudo. Organização: Vitória e Oliveira (2015).

1. Considerações sobre a problemática do uso e ocupação na zona costeira

As zonas costeiras se caracterizam por áreas onde são registradas várias formas de uso e ocupação. A presença de instalações de grandes complexos portuários, industriais, fluxos intercontinentais e de circulação, contribuem para justificar o grande adensamento populacional. Essas formas de uso vão conferir a zona costeira inúmeras estruturas, formas espaciais que se beneficiam das potencialidades ambientais e das vantagens econômicas existentes (OLIVEIRA & MELO E SOUZA, 2014).

Em casos de países de formação colonial, este traço será marcante, como no caso do Brasil que, em sua colonização, o território era organizado em torno de um sistema definido como “*bacia de drenagem*” (Moraes, 2005, p. 68). Este consistia no uso dos rios para transporte das mercadorias no interior da hinterlândia e a concentração de exportações e importações em uma cidade portuária que estava em contato com as rotas marítimas. Ou, na ausência de rios navegáveis, toda uma estruturação com rotas terrestres que viabilizassem os fluxos de pessoas e mercadorias.

Como destaque desse período, tem-se a cidade de Salvador, no litoral baiano, que durante dois séculos foi a capital do país e cidade administrativa durante o período colonial, o que condiciona toda uma forma de ocupação através do litoral.

Essas características se desdobram nos índices de concentração populacional litorânea, os quais registram que metade da população brasileira vive a pelo menos 200 km do litoral, um contingente bastante expressivo e que causa impactos diretos nos ecossistemas costeiros (Moraes, 1999). Boa parte dos parques industriais do país está localizada em municípios costeiros, assim como as maiores metrópoles, o que permitem visualizar conflitos causados pelas ações antropogênicas nesses ambientes.

Esse alto nível de concentração se direciona também para múltiplas atividades que são desenvolvidas ao longo da costa brasileira das quais podemos destacar desde a exploração petrolífera até a coexistência das atividades vinculadas à agricultura e à pecuária. Contudo, até então, se encontra em algumas partes do litoral um povoamento ainda incipiente. Também se vivencia a intensificação das atividades turísticas, de recreação e lazer que convivem simultaneamente com populações de modos de vida tradicionais que geram mais conflitos e justificam a importância de planejamento desses espaços.

Atualmente, configuram-se simultaneamente como principais usos os ligados à urbanização, industrialização e turismo, este último surgindo com características singulares que irão estruturar, como aponta Mullins (1991) *apud* Silva, *et al.* (2008, p. 194-195), uma nova forma de cidade com símbolos urbanos servindo de atrativos turísticos, com população socialmente diferente e com modelo capitalista pós industrial, caracterizado pela mão de obra flexível.

As transformações políticas, administrativas e econômicas que o Brasil sofreu no século passado possibilitou um esvaziamento do campo e processos de migrações com fluxo em direção as grandes cidades e metrópoles, as quais vivenciavam um intenso processo de industrialização e modernização. O regime militar com seu cunho desenvolvimentista, ao implementar medidas durante as décadas de 60 a 70 que visaram a criação de infraestrutura de grande porte, gerou como resultados a construção de portos, hidrelétricas, aeroportos, e rodovias que garantiram ao território uma maior fluidez no transporte e, sobretudo, para os espaços econômicos (STROHAECKERI, 2008).

Segundo Strohaeckeri (2008), todas essas transformações colocam a urbanização como um dos principais vetores de desenvolvimento e ocupação do litoral a nível nacional. Também colaboram para esse processo, a valorização da costa, os motivos históricos, culturais, econômicos e ambientais.

Limonad (2008) apresenta a tendência de urbanização no Brasil contemporâneo que se sustenta sobre duas vertentes: a dispersão e a concentrada. A concentrada consiste na aglomeração de pessoas em núcleos urbano-metropolitanos, com o desenvolvimento de múltiplas atividades e áreas urbanas e rurais bem definidas. Enquanto a dispersão se caracteriza por uma distribuição difusa de industriais e/ou outras atividades em locais pontuais ao longo do território criando uma variedade de núcleos urbanos, sendo que essas duas formas são complementares.

A mesma autora irá sinalizar também que o processo de urbanização dispersa irá ocorrer com maior intensidade no litoral brasileiro devido aos fatores históricos de assentamentos, no entanto, ocorre sobre uma postura de consumo elevado dos recursos naturais e um padrão de loteamentos e distribuição espacial de condomínios e *resorts* que atendem a uma demanda gerada pelo mercado turístico nacional e internacional.

Podemos também apontar sobre a nova tendência que vem surgindo nas últimas décadas a transformação da forma de se pensar o espaço, motivada pelas atividades turísticas que sofrem uma ascensão e ampliação com a revolução dos transportes, o que desloca a dimensão do consumo nos lugares para o consumo dos lugares (LEFEBVRE, 1969 *apud* LIMONAD, 2008) fortemente financiada pelos empresários estrangeiros e nacionais.

O processo de redemocratização do Brasil, no final da década 80, e o surgimento de novas estruturas possibilitaram a descentralização administrativa. Isto denota uma nova condição que possibilitou autonomia aos estados para atrair investidores e, junto a este novo cenário, mescla-se o aumento das desigualdades, a carência por infraestrutura habitacional, o avanço dos danos causados ao meio ambiente e as emancipações de municípios na zona costeira devido ao desenvolvimento oportunizado.

A industrialização surge como um vetor pontual, já que depende de fatores externos para sua instalação como a disponibilidade de recursos humanos, energéticos e estrutura capaz de ofertar uma fluidez comercial. E devido à estrutura política administrativa do país, também se torna dependente das políticas de Estado.

As instalações de indústrias transferem aos órgãos estatais a necessidade de construção ou modernização de portos, estes, ficam responsáveis por movimentar as mercadorias ao longo da costa brasileira. As estruturas portuárias e industriais criam novos conflitos socioespaciais na zona costeira, alterando sua paisagem e gerando impactos ambientais irreparáveis.

O setor de turismo, recreação e lazer surge como uma das novas tendências de atividades em ascensão no mundo globalizado, com capacidade de movimentar grandes quantidades de capital e gerar desenvolvimento econômico para locais que, até então, não o conheciam. Através da oferta de uma estrutura de serviços e paisagens culturais e naturais, atualmente se configura como uma das principais formas de inserção de áreas periféricas na economia global, atraindo investimentos nacionais e estrangeiros.

A princípio, o conceito de turismo compreende-se como:

“O turismo refere-se ao deslocamento temporário de pessoas de seus lugares de residência para outros lugares, atraídos pelos recursos naturais e culturais e utilizando toda uma infraestrutura colocada à sua disposição (transportes, comunicação, hotelaria, restaurantes e serviços diversos para a consecução dos objetivos pretendidos com a viagem)” (SILVA *et al.*, 2009)

Com o avanço das tecnologias e a possibilidade de fazer longas viagens, o turismo se tornou um setor com altíssima lucratividade e o único com tendência natural a incorporação de espaços periféricos.

Essa atividade tem gerado novas relações sociais, culturais, políticas e econômicas. Em locais em que essas atividades se instalam, os modos de vida das comunidades locais/tradicionais são alterados criando assim um novo cenário de conflitos de interesses e a cada vez mais urge a necessidade de se (re)pensar o planejamento desses territórios.

Existem muitos impactos causados que, por um lado, podem ser positivos, ao gerar uma infraestrutura para população local, como o atendimento das necessidades básicas a construção de estradas ou melhoramento (MARCELINO, 1996, p. 178). Enquanto

por outro, se tornam negativos ao inserir novos valores, influenciar na tradição, aumentar a especulação imobiliária através da valorização das terras que resulta na expulsão da comunidade tradicional, trazendo assim uma gama de efeitos perversos a essas comunidades.

Almeida e Pereira (2009, p. 91) advertem que o turismo e todas as atividades atreladas necessitam de um planejamento para evitar impactos ambientais como: a elevação dos níveis da poluição; destruição de ecossistemas costeiros e marinhos; redução na disponibilidade de água doce em função do aumento da demanda; ocupação de áreas de relevante importância ambiental e impedimento do fluxo de matéria entre ecossistemas costeiros.

Entender as dinâmicas naturais, a estrutura e funcionamento da paisagem costeira é fundamental para sua recuperação e preservação, haja visto que os ecossistemas nela presentes estão expostos a inúmeras pressões antropogênicas e ambientais, fato que destaca a importância da busca pela compreensão dos processos costeiros, pelo entendimento dos mecanismos naturais e antrópicos visando perspectivas de análises integradas para o planejamento dos usos.

A costa brasileira apresenta cerca de 5.900 km de perímetro e mais de 9.200 km de linha real. Variados elementos climáticos e geológicos vão interferir ao longo da sua extensão tornando-se responsáveis por uma diversidade de feições geomorfológicas. E existem diferentes planícies costeiras “constituídas por sedimentos terciários e quaternários acumulados em ambientes continentais, transicionais e marinhos, que são melhor desenvolvidas em torno da desembocadura dos grandes rios onde tem sido maior o suprimento sedimentar de clásticos terrígenos” (VILLWOCK, 1994).

Silveira (1964), ao realizar uma compartimentação da costa brasileira em cinco setores (Norte, Nordeste, Leste, Sudeste e Sul) define que a costa baiana está situada entre os setores Nordeste e Leste, onde o primeiro tem início na Baía de São Marcos no Maranhão e se encerra na Baía de Todos os Santos, Bahia. Já a costa Leste tem início a partir da Baía de Todos os Santos e termina em Cabo Frio, no Rio de Janeiro. Devido a esta setorização, a costa baiana herdou as seguintes características apresentadas: Cristas de Praia, Dunas, Restingas, Tabuleiros Costeiros, Falésias, Deltas, Recifes de Arenito e Coralinos.

1. A formação territorial e as transformações na paisagem costeira do Litoral Norte.

O processo de ocupação do Litoral Norte baiano remete ao século XVI com a chegada de Tomé de Souza, mas não desconsiderando que anteriormente os índios já habitavam essas poções de terra. As terras formavam o maior latifúndio do mundo que tinham suas extensões desde Itapuã em Salvador até o estado do Maranhão. Durante esse momento, ocorreu a dizimação da população autóctone e dos ecossistemas costeiros para implantação de uma produção extrativista e pecuária extensiva, assim se estabelecendo o sistema de colonização nesse território sobre a tutela do Conde García D'Ávila (MATTEDI, 2002 *apud* VALVERDE, 2007, p. 48).

Neste primeiro momento, era possível traçar um breve perfil sobre os usos desenvolvidos nesse latifúndio que consistiam na pecuária, visando abastecer a principal cidade próxima, Salvador. E a agricultura de subsistência, praticada por

escravos e descendentes de índios, que comercializam assim também os excedentes da sua produção.

Após uma sucessão de acontecimentos, no século XIX, as terras do Litoral Norte foram adquiridas por um prussiano, naturalizado americano, cujo nome era Sigisfred Sigismundo Schindler. Ele estabeleceu a partir da sua aquisição a extração de produtos naturais e minerais, além da construção de um porto na localidade de Porto de Sauípe para facilitar o escoamento da produção para Salvador. Mesmo com as mudanças nas relações estabelecidas nessas terras, a lógica “colonial permanece sendo a concentração de terra e de renda o interesse básico do governo e do capital” (SOUZA, 2009, p. 54).

Para Souza (2009), mesmo com a permanência da lógica citada, as transformações na configuração espacial irão ocorrer dando surgimento a várias estruturas de valor histórico como casas, fazendas, engenhos, igrejas e conjuntos urbanísticos. E pequenos núcleos populacionais compostos em grande parte por marisqueiras, pescadores, pequenos agricultores e artesões.

Durante o século XX, as terras são novamente vendidas por uma companhia britânica ao Banco de Londres que repassa para a Construtora Noberto Odebrecht por um valor simbólico. E durante décadas, fica sem uso específico, sendo destinada apenas para especulação imobiliária. Em meados do mesmo século, os avanços da exploração petrolífera chegam ao Litoral Norte através da exploração no município de Entre Rios, e a região é incorporada a Região de Produção da Petrobrás. No entanto, as estruturas sociais pré-estabelecidas não sofrem muitas modificações e permanecem na condição de isolamento, apesar das mudanças ocorridas nas estruturas funcionais, de uso e dinâmica socioespacial com a chegada de novos equipamentos para dar suporte à produção.

Com a implantação do Complexo Industrial de Camaçari na década de 1970 e a construção da BA-099, a Estrada do Coco, que se transforma no principal eixo de transporte entre Salvador e o Litoral Norte, as transformações na paisagem costeira do norte da Bahia começam a se intensificar e como aponta Souza (2009, p. 56):

“Esse processo de desarticulação e reorganização tem como motivadores três atividades novas e externas à região, implantadas por diferentes empresas nacionais e internacionais, com o incentivo efetivo ou mesmo planejamento governamental, quais sejam: a imobiliária através da ocupação das terras por parcelamentos para fins de segunda residência ou veraneio ou para especulação; a ocupação de terras para o reflorestamento homogêneo visando suprir demanda energética externa à região e produção de papéis e, finalmente, a ocupação das terras pelos interesses imobiliários articulados com os operadores do turismo, também vinculados, nacional e internacionalmente, às forças hegemônicas interessadas na reprodução do capital” (SOUZA, 2009, p. 56).

Gomes (2013, p. 54) irá atentar para o processo de urbanização e industrialização que ocorreu no Litoral Norte de maneira diferenciada, espacialmente concentrada em alguns municípios e em algumas atividades específicas como o petróleo, a silvicultura e a celulose. Essas novas atividades irão criar uma demanda por infraestrutura viária, portos e terminais marítimos, conseqüentemente os serviços terciários e o setor imobiliário e da construção civil serão impulsionados também. E seguindo esta lógica, as atividades turísticas encontrarão um terreno fértil para sua implantação ao longo do Litoral Norte baiano.

A intensificação dessas atividades oportuniza cada vez mais o surgimento de novos empreendimentos que buscam fornecer uma estrutura capaz de gerar uma indústria de consumo das paisagens ambientais e culturais. Ao longo da faixa costeira norte da Bahia, a partir de Salvador, é possível notar a implantação de grandes empreendimentos hoteleiros e *resorts*, além da construção de condomínios de moradas permanentes e segundas residências, os quais aumentam a intensidade de ocupação da região litorânea.

Na atualidade, o Litoral Norte baiano que era visto como “deserto demográfico” em um trabalho publicado pelo geógrafo Milton Santos na década de 50 (Silva, *et al.*, 2008, p. 191), vive um momento de expansão das atividades ligadas ao setor turístico. Este processo de urbanização propiciou o direcionamento para tais usos, tendo o Estado como principal empreendedor e fornecedor de infraestrutura. Todavia, a lógica que se estabelece com ausência de planejamento adequado está gerando novos conflitos socioambientais.

Nesse sentido, os processos latentes de urbanização, industrialização e o desenvolvimento da indústria do turismo, recreação e lazer favorecem uma maior ocupação do litoral devido as suas potencialidades ambientais e econômicas. No entanto, se visualiza um cenário repleto de conflitos devido aos avanços dessas atividades transformadoras, que em si não conseguem fornecer uma infraestrutura capaz de minimizar os impactos ambientais e culturais.

A urbanização se expande ocupando cada vez mais trechos do litoral, ora como um fenômeno atrelado às atividades industriais, ora com um novo modelo de cidade proposto e estruturado para as atividades turísticas. Este agente viabiliza vários processos internos, como a expansão urbana, o crescimento acelerado da população, a exploração de recursos naturais, porém, todas essas condições criam novas situações conflitantes. A carência de saneamento básico, os problemas ambientais e a elevação das taxas de violência e desemprego se configuram como resultados do adensamento deste fenômeno.

O turismo avança com o discurso que propõe a incorporação de espaços periféricos na dinâmica econômica global gerando desenvolvimento socioeconômico para os locais em que ocupa. O poder estatal aparece como um dos principais agentes no fornecimento de infraestrutura e incentivos fiscais para a expansão dessas atividades. Porém, a ausência de planejamento territorial interessado nas características ambientais e nas comunidades locais, torna esses processos problemáticos e impactantes nas dinâmicas naturais e sociais.

O Estado se configura como maior agente causador de impactos na zona costeira. Conforme aponta Moraes (1999, p. 25),

“Como produtor de espaços (responsável pela edificação das grandes obras de engenharia), o Estado é – por intermédio de seus diferenciados órgãos – o maior agente impactante na zona costeira, com a capacidade de reverter tendências de ocupação e gerar novas perspectivas de uso, sobretudo pela imobilização de áreas (mediante seu tombamento) e pela instalação de grandes equipamentos ou dotação de infraestrutura (como estradas, portos, ou complexos industriais)” (MORAES, 1999, p. 25).

O governo na década de 90 com o objetivo de estimular as atividades turísticas ao

longo do litoral nordestino, norte de Minas Gerais e Espírito Santo, lança o Programa de Desenvolvimento do Turismo que consistia no fornecimento de infraestrutura para ampliação dessas atividades no litoral. Conseqüentemente, aumentou a presença de estrangeiros na zona costeira nordestina, através da ampliação de aeroportos (inserção nas rotas internacionais, concessões e adequação as necessidades do turismo internacional) e reformas de rodovias (criando uma infraestrutura voltada para essas atividades, a exemplo da Linha Verde na Bahia com sua duplicação). Gomes (2013, p. 43) destaca que entre 1991 a 2004, com base em dados da Secretária de Cultura e Turismo do Estado da Bahia, o governo do estado investiu “US\$ 1,6 bilhão na criação, melhoria e ampliação das zonas turísticas, sendo que deste total, US\$ 250 milhões foram recursos advindos do PRODETUR/NE”.

O Litoral Norte da Bahia vivencia transformações decorrentes desses processos que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Industrialização e turismo são os principais vetores de desenvolvimento para essa região. Gomes (2013, p. 18-19) propõe que esses processos são decorrentes de dois vetores de modernização: a metropolização da Região Metropolitana de Salvador aliado à expansão do Complexo Industrial de Camaçari e as articulações do Estado junto ao capital internacional (turístico e imobiliário) na organização e produção do espaço. As atividades turísticas agem como principal forma de uso que consome as paisagens naturais e culturais proporcionadas. No entanto, conflitos são ocasionados, como de relacionamento com as populações tradicionais, e problemas ambientais. E neste cenário, a atuação do planejamento é essencial para minimizar os impactos supracitados.

1. Município de Conde: Cenário socioambiental, conflitos e planejamento

O município de Conde tem em sua estrutura municipal uma economia fortemente baseada na oferta de serviços, agropecuária e atividades industriais. O seu produto interno bruto é pautado na seguinte composição segundo os dados recolhidos pelo IBGE (2010): serviços (48.439), agropecuária (21.286) e indústria (11.521). Com uma população de aproximadamente 23.620 habitantes e renda média domiciliar *per capita* de R\$ 240,91 (DATASUS, 2010), é um dos municípios integrantes do Litoral Norte baiano inserido no cenário de conflitos do desenvolvimento socioeconômico sobre a égide do turismo, urbanização e industrialização no litoral.

Conde foi eleito durante o ano de 2002 como município piloto para implantação do Projeto Orla, servindo assim de exemplo prático para os demais municípios costeiros baianos. O município possui uma parte expressiva do seu território na APA-LN (Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte do Estado da Bahia), que foi criada na década de 1995 visando conter os principais impactos ambientais e as transformações socioespaciais que ocorreriam após a implantação da Linha Verde (BA-099).

Segundo os estudos realizados pelo Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – Salvador e Entorno (PDITS) em 2003, Conde se destacava como município na Costa dos Coqueiros com maior potencial histórico-cultural e ambiental.

É impossível negar as potencialidades do litoral de Conde, que tem o maior trecho de linha de costa na região da Costa dos Coqueiros. De acordo com o Diagnóstico Oceanográfico, temos em suas características ambientais a sua costa com o traçado retilíneo, bordejada por cordão-duna, onde a energia da onda é de moderada a alta e

as areias das praias possuem uma granulometria de média a fina, favorecendo o tipo intermediário de praia. Há também uma diversidade biológica presente em suas zonas úmidas e manguezais. No entanto, observamos também um processo de erosão em dezenas de metros presente em suas praias (BAHIA, 2003).

Referente à ocupação humana, podemos destacar a considerável distância entre a sede municipal e os fragmentos incipientes localizados em Sítio do Conde, Barra do Itariri e Siribinha. O que segue uma lógica de dispersão ao longo do território do município, com características na oferta de serviços pautados no turismo e atividades recreativas que compõem a receita arrecada. Em coexistência com esses usos, na zona costeira também são verificadas atividades relacionadas à agricultura e à pecuária e trechos extensos de área desmatada (Figura 02).

As pressões exercidas pelas atividades econômicas, a exemplo da cocoicultura e pecuária vêm contribuindo para a redução da vegetação original. O processo de ocupação com a consequente retirada da cobertura vegetal das restingas se dá, por exemplo, através da implantação de loteamentos, sendo que, conjunto de casas, segundas residências, sítios, chácaras indicam presença marcante da ação humana (VITORIA & OLIVEIRA, 2015).

Em Sítio do Conde podemos verificar maior adensamento e distribuição espacial das residências e estabelecimentos comerciais (pousadas e hotéis inclusos). A infraestrutura de certo modo tem arruamentos desenvolvidos e organizados e a presença de asfaltamento em várias vias, o que elevam a condição de fragmento urbano. No entanto, observamos que essas ocupações ocorreram de maneira inadequada sem respeitar a presença de ecossistemas costeiros, o que também é verificável em Siribinha e Barra do Itariri. Há carência de estradas asfaltadas para dar acesso aos dois povoados citados anteriormente.

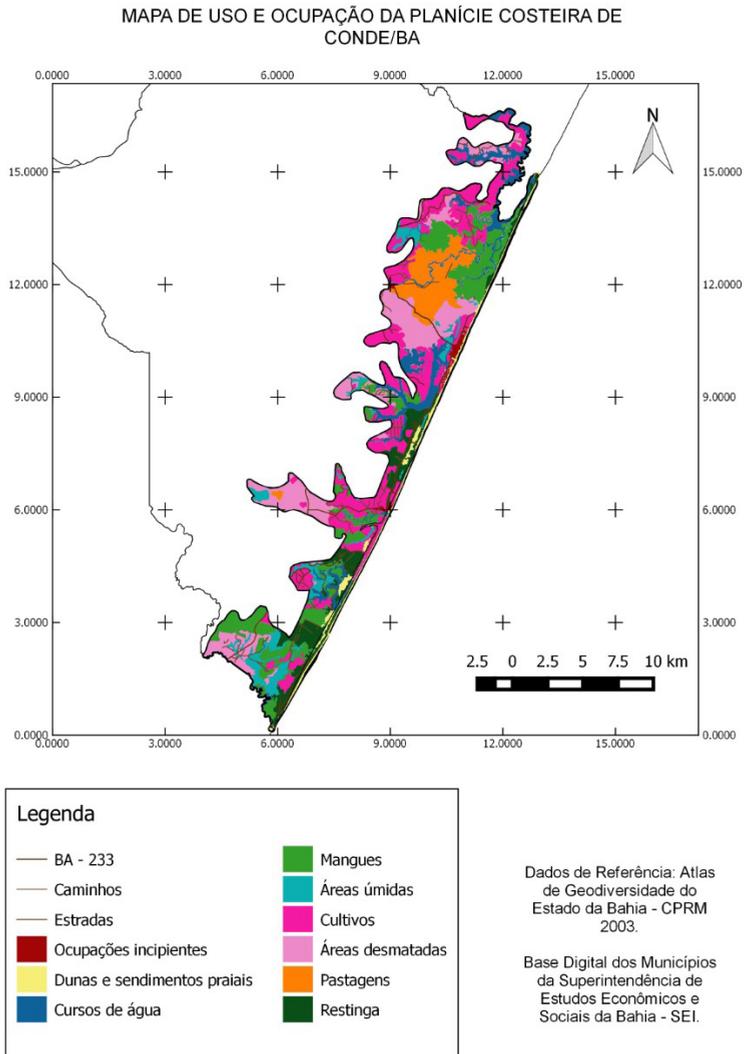


Figura – 02: Mapa de uso e ocupação da planície costeira de Conde.
Organização: Marcus de Jesus e Silas Vitória

A exploração da cultura de eucalipto e pinus ganhou destaque devido à manifestação em décadas anteriores de processos econômicos voltados à silvicultura que proporcionaram, através da expansão e incorporação de grupos empresariais, a expulsão dos pequenos agricultores. Em virtude das condições instaladas, estes venderam suas terras a essas empresas, acentuando os índices de concentração de terras, modificando a estrutura fundiária do município. Conseqüentemente, houve o declínio das atividades agrícolas de subsistência (BAHIA, 2003, p. 49).

Ao longo da costa, tem-se a presença de cultivos relacionados a essas culturas e outras como coco-da-baía, abacaxi, feijão, banana e etc. Coexistindo com essa lógica, também é verificável a ocorrência de populações vivendo em modos de vida tradicional, onde retiram seu sustento da pesca artesanal e agricultura de subsistência.

Ester Limonad (2007), ao tratar da atividade turística no Litoral Norte baiano, traça um perfil dos gêneros de turismos que são desenvolvidos ao longo de sua extensão. E no caso do município citado, essa atividade está fortemente atrelada ao atendimento de uma demanda de mercado interno, em que os principais usuários são da escala local e regional, como podemos identificar neste trecho:

O peso das atividades turísticas, no entanto, já se faz sentir. Embora em Conde e Jandaíra estas atividades sejam de porte local e regional e possuam um alcance limitado, respondem pela absorção de uma parcela considerável da população dos povoados de Baixio, Sítio do Conde, Barra do Itariri e Mangue Seco, e isto se evidencia em uma diferenciação entre os povoados litorâneos e os do interior, que apresentam um nível maior de pobreza (LIMONAD, 2007).

As populações das localidades listadas pela autora já são incorporadas no circuito turístico, onde são empregadas em hotéis e pousadas de pequeno e médio porte. Essas características turísticas permanecem até os dias atuais. Diante disso, o que se observa para o Litoral Norte, no momento, é a expansão dos usos ligados ao turismo, lazer e recreação de grande porte, além da expansão das instalações de condomínios de segunda residência. E mesmo com os dispositivos legais citados anteriormente, ainda não se faz presente um rigor no tratamento dos danos ambientais e conflitos sociais decorrentes destes fenômenos.

As lógicas impostas pelo capital na produção e reprodução desses espaços, ainda não foram capazes de desenvolver socialmente e economicamente os territórios que já foram incorporados pelo turismo e sua proposta de desenvolvimento periférico. Como aponta Limonad (2007), mesmo com a geração de empregos diretos e indiretos, a descentralização das atividades turísticas, a modernização e a diversificação de produção ao longo da Costa dos Coqueiros, vários enclaves impedem que benefícios para comunidades locais sejam oportunizados. Por tal, as benesses dos investimentos públicos e privados não se fazem sentir pelas seguintes atribuições: as necessidades impostas pelo capital para sua reprodução (investimentos nos empreendimentos), as condições e modos de vida das populações afetadas e a incapacidade administrativa dos municípios em regular esse processo.

Silva & Carvalho (2011) apresentam um trabalho sobre marketing territorial em que se verifica o grande número de anúncios de terrenos ao longo do Litoral Norte através de consultas a sites especializados e imobiliários. Inclui a presença de anúncios em língua estrangeira visando atração de investimento estrangeiro, o que propõe uma internacionalização dos espaços. O governo estadual aparece como um promotor das atividades relacionadas ao turismo, ao participar das grandes feiras internacionais onde o tema imobiliário turístico tem destaque. Conde destaca-se como terceiro município com o maior índice de anúncio de terrenos, mais de 30.000.000 m² à venda, e uma vasta localização dos lotes ao longo da sua costa.

Com as circunstâncias, projeta-se aí um amplo processo de privatização do Litoral Norte, com a expansão dos empreendimentos imobiliários ligados ao turismo, recreação e lazer, residências secundárias e derivando desse processo a ausência de acesso público às praias desta região. E compactuando com esse cenário, a “ausência de um planejamento territorial intermunicipal. Pelo contrário, o governo do estado da Bahia está, como visto, estimulando ativamente a venda dos terrenos pela internet, além de não ter um abrangente plano diretor para o ordenamento do território” (SILVA & CARVALHO, p. 112, 2011).

A relevância dessas questões traduz-se em um cenário de conflitos que se instala e cresce ao longo do Litoral Norte baiano, sobretudo em Conde que, devido as suas particularidades ambientais, políticas, culturais e históricas, insere neste contexto como um território que vivencia conflitos de acordo com os processos socioespaciais já desenvolvidos e/ou em desenvolvimento.

Há uma necessidade de (re)pensar a lógica do planejamento socioambiental e desse desenvolvimento sustentável proposto pelos empreendimentos dos ramos turísticos e a sua real capacidade de incentivar o desenvolvimento periférico. Passo a passo, observamos o Estado, como principal agente promotor de ações que visam o desenvolvimento do turismo ao longo do litoral brasileiro. Pertinente também é o engajamento das comunidades nas ações do planejamento, afinal de contas são os principais afetados pelas transformações socioespaciais que ocorrem em seus territórios devido às modernizações, às diversificações de usos e aos impactos socioambientais. E como se propõe um desenvolvimento sustentável e socioeconômico, os principais afetados devem ser vistos como protagonistas neste cenário.

Levando em conta o processo de erosão costeira vivenciado na orla de Conde, as transformações na estrutura fundiária, o desmatamento crescente, as ocupações inadequadas, a expansão do turismo no Litoral Norte com riscos à manutenção do modo de vida tradicional das comunidades, é fundamental um planejamento voltado para as fragilidades e potencialidades naturais relacionada às interações sociedade - natureza, com a visão objetiva de um ordenamento territorial que direcione a usos sustentáveis e propicie políticas públicas de preservação, conservação e recuperação de ambientes naturais.

1. Considerações finais

A zona costeira configura-se como um ambiente com inúmeras potencialidades paisagísticas, ambientais e econômicas. Portanto, o processo adensado de ocupação se justifica pelos principais motivos citados. O que lhe confere assim a coexistência de múltiplos usos a serem desenvolvidas em toda sua extensão, no entanto, essas atividades têm gerado impactos na dinâmica natural e nas populações locais. Esse cenário de conflitos justifica a importância do planejamento territorial para minimizar os danos e orientar as ações a serem realizadas nesses espaços.

O Brasil em sua formação territorial tem uma lógica atrelada a ocupação do litoral desde a sua origem colonial. Registra uma diversidade de usos sobre cada trecho da sua costa, no entanto, ainda assim existem locais com povoamento rarefeito. Podemos destacar como principais atividades recorrentes no litoral brasileiro: a industrialização, a urbanização e o turismo. Este último como resultado das transformações sociais,

econômicas, culturais, políticas e tecnológicas vivenciadas no mundo globalizado que possibilitaram seu pleno desenvolvimento.

O turismo surge como uma atividade no mundo globalizado com a capacidade de prover aos espaços periféricos o desenvolvimento socioeconômico e com a colaboração do poder estatal através do fornecimento de infraestrutura, o mesmo tem se intensificado no litoral brasileiro e principalmente no Nordeste. No entanto, essa relação tem causado conflitos socioambientais, pois ocorre sem planejamento adequado, o qual deve orientar as formas de ocupação e usos de acordo as singularidades ambientais e culturais de cada zona costeira.

E nesse contexto de intensa ocupação do litoral e expansão dos usos turísticos, o Litoral Norte baiano vivencia um cenário de transformações ocasionado pela metropolização de Salvador, implantação do complexo industrial em Camaçari e a instalação de grandes empreendimentos hoteleiros, *resorts* e condomínios de residências voltadas para o turismo, à recreação e o lazer.

Conde, como município integrante desta região, já vem sofrendo com conflitos sociais e ambientais de origem histórica. Porém, a intensidade de avanço das atividades turísticas, em face da disponibilidade de lotes de terra ao longo do litoral no território do município, possibilita um cenário novo e complexo, onde o avanço dos processos de erosão costeira em curso, as ocupações inadequadas, a concentração de terras nas mãos de grupos empresariais, o desmatamento da mata nativa, a expansão das culturas específicas (eucalipto e pinus), a presença de comunidades que vivem da pesca artesanal, por fim, a possível territorialização das atividades turísticas, de recreação e lazer de grande porte e a construção de condomínios de residências secundárias, podem alterar ainda mais a dinâmica local, gerando novos conflitos, em que provavelmente, pelos motivos já apresentados, os principais afetados serão as populações locais e a dinâmica biofísica.

Desta maneira, se faz necessário repensar as formas que se dão esse desenvolvimento socioeconômico e os planejamentos atrelados a essas tendências. É imprescindível que o Estado como principal agente na (re)organização socioespacial crie instrumentos eficazes que visem à conservação, à preservação e recuperação de ambientes naturais, a minimização dos impactos gerados por essas atividades no modo de vida local e que de fato o desenvolvimento social e econômico seja eficaz e persiga uma égide sustentável.

1. Referências bibliográficas

- Bahia. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Gestão integrada da orla marítima no município do Conde no estado da Bahia – Diagnóstico socio-econômico e ambiental do Conde. Projeto de Gerenciamento Costeiro. Salvador, 2003.
- Bahia. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Diagnóstico oceanográfico e proposição de disciplinamento de usos da faixa marinha do litoral norte do estado da Bahia. Projeto de Gerenciamento Costeiro. Salvador, 2003.
- Bahia. Secretaria da Cultura e Turismo. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável. Pólo Salvador e entorno. Volume I - Diagnóstico. Salvador, abr. 2004.
- Brasil. Projeto Orla: Fundamentos para a Gestão Integrada. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - Governo Federal, 2002.
-

- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico, 2010. Disponível: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 15 de jan. 2016.
- Brasil. Ministério da Saúde. DATASUS. Informações de Renda Média Domiciliar *Per Capita*, 2010. Disponível: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>>. Acesso em 15 de jan. 2016.
- Coriolano, L. N. M. T. Litoral do Ceará: espaço de poder, conflito e lazer. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, v. 9, p. 11-21, 2008.
- Gomes, L. Luzes e sombras no litoral norte da Bahia: estratégias e sustentabilidade das redes hoteleiras internacionais. Salvador: Eduneb, 2013, p. 258.
- Limonad, E. O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros, Bahia. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. 11, núm. 245 (40), 2007.
- Limonad, E. “Você já foi à Bahia, nêga? Não! Então vá! Antes que acabe...”. Planejamento, urbanização e turismo no litoral do Nordeste brasileiro, tendências e perspectivas. *Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008.*
- Marcelino, A. M. T. O turismo e a sua influência na ocupação do espaço litorâneo. In: Adyr A. B. Balastri Rodrigues. (Org.). *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.* São Paulo: Hucitec, 1996, p. 177-183.
- Moraes, A. C. R. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hutec; Edusp, 1999.
- MORAES, A. C. R. Território e História no Brasil. 1ª. ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2002. v. 1. 200p.
- Oliveira, A. C. A.; Melo e Souza, R. A produção e o padrão atual de organização do espaço costeiro: considerações sobre as transformações espaciais no litoral sul de Sergipe e o papel das políticas de ordenamento. In: *I Congresso Brasileiro De Geografia Política, Geopolítica E Gestão Do Território, 2014, Rio De Janeiro. Anais Do I Congresso Brasileiro De Geografia Política, Geopolítica E Gestão Do Território, 2014. P. 520-533.*
- Oliveira, A. C. C. de A. Cenários Biofísicos e Ordenamento Territorial no Litoral Sul de Sergipe. 2013. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.
- Ross, J. *Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental.* São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
- Santos, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.
- Silva, S. B. M.; Silva, B. C. N. ; Carvalho, S. S. de. *Metropolização e turismo no Litoral Norte de Salvador: de um deserto a um território de enclaves?.* In: Carvalho, I.; Pereira, G.. (Org.). *Como anda Salvador. 2ed.* Salvador-BA: Ed. da Universidade Federal da Bahia, 2008, p. 189-211.
- Silva, S. B. de M. e S.; Carvalho, S. S. de. *Vende-se uma região: o marketing territorial público e privado do litoral norte da Bahia.* *Revista Desenharia*, v. 7, p. 99-114, 2011.
- Silva, Sylvio C. B. M. ; Carvalho, Silvana S. de ; SILVA, Bárbara C. N. *Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-BA e de sua região de influência.* *Revista acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, v. IV, p. 1-16, 2009.
- Silveira, J. D. *Morfologia do litoral.* In: Azevedo, A. (ed) *Brasil: a Terra e o Homem.* Cia. Ed. Nacional, São Paulo, p. 253-305, 1964.
- Souza, M. de L. C. *Interesses na produção do espaço no Litoral Norte da Bahia: Massarandupió e seu entorno.* 2009. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2009.
- Strohaeckeri, T. M.. *Dinâmica Populacional. Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha do Brasil – Brasília: MMA, 242. ISBN 978-85-7738-112-8. 2008.*

- Valverde, N. P. Os impactos do Turismo no desenvolvimento de comunidades: O caso do município de Conde, na Bahia. 2007. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Salvador - UNIFACS. Salvador, 2007.
- Villwock, J. A. A Costa Brasileira: Geologia e Evolução. Notas Tecnicas Ceco Ufrgs, v. 7, p. 38-49, 1994.
- Vitoria, S. S., Oliveira, A. C. A. Análise da paisagem costeira do município de Conde-BA. In: Anais do XVI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada SBGFA, 2015, Teresina. 2015. p.2024 2031.